

10 anos da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares - PNPIC

10 years of the National Policy on Integrative and Complementary Practices – PNPIC

10 años de la Política Nacional de Prácticas Integrativas y Complementarias – PNPIC

Fabio Fortunato Brasil de Carvalho¹; Erika Rodrigues de Almeida²; Allan Nuno Alves de Sousa³

Resumo

A Política de Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS têm se apresentado, com expressivo potencial para a disseminação e ampliação do acesso a essas práticas à população. Este editorial visou apresentar os artigos deste volume e as experiências exitosas das práticas desta política em diversos serviços de saúde em todo o país. Com isso espera-se que o leitor tenha uma visão ampliada sobre as ações concretas dessa política ao longo dos 10 anos de sua implantação.

Descritores: Editorial; Sistema Único de Saúde; Terapias Complementares; Política Pública.

Abstract

The National Policy of Integrative and Complementary Practices in SUS has been presented, with significant potential for the dissemination and expansion of access to these practices to the population. This editorial aimed to present the articles of this volume and the successful experiences of the practices of this policy in various health services throughout the country. It is hoped that the reader will have a broader view on the concrete actions of this policy over the 10 years of its implementation.

Key-words: Editorial; Unified Health System; Complementary Therapies; Public Policy.

Resumen

La Política de Nacional de Prácticas Integrativas y Complementarias en el SUS se ha presentado, con expresivo potencial para la diseminación y ampliación del acceso a esas prácticas a la población. Este editorial tuvo como objetivo presentar los artículos de este volumen y las experiencias exitosas de las prácticas de esta política en diversos servicios de salud en todo el país. Con ello se espera que el lector tenga una visión ampliada sobre las acciones concretas de esa política a lo largo de los 10 años de su implantación.

Palabras-claves: Editorial; Sistema Único de Salud; Terapias Complementarias; Política Pública.

O processo saúde-doença característico dos tempos atuais tem cada vez mais exigido sistemas e serviços de saúde capazes de atender às necessidades sociais e de saúde de indivíduos e

¹ Doutorando em Ciências da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz. Tecnologista em C&T do Departamento de Atenção Básica/SAS/Ministério da Saúde. Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Edifício SEDE 7º Andar, Brasília, DF, Brasil. CEP: 70058-900. E-mail: fabio.carvalho@posgrad.ensp.fiocruz.br

² Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). Tecnologista em C&T do Departamento de Atenção Básica/SAS/Ministério da Saúde.

³ Doutorando em Saúde Coletiva pela Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília. Tecnologista em C&T do Departamento de Atenção Básica/SAS/Ministério da Saúde.

coletividades. Para tal, é essencial a incorporação de novas tecnologias e formas de cuidado, as quais incluem novas racionalidades e abordagens no campo da saúde. Nesse sentido, as Práticas Integrativas e Complementares (PICS) têm sido cada vez mais realizadas por trabalhadores da saúde e pela população em geral, sobretudo por seu potencial de melhorar a prática da biomedicina nos locais em que com ela coexistem e interagem ¹.

As PICS podem ser compreendidas, de forma geral, como outras formas de produzir saúde e cuidado, a partir de Racionalidades em Saúde distintas daquelas hegemônicas. A partir da visão ampliada do processo saúde-doença- cuidado, especialmente do autocuidado, as PICS podem ainda ser entendidas como abordagens que buscam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde, por meio de tecnologias eficazes e seguras, com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico e na integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade ².

Desde Alma-Ata, em 1978, a Organização Mundial da Saúde (OMS) tem valorizado as PICS, em especial a utilização de plantas medicinais. No Brasil, o primeiro ato de institucionalização na rede de saúde de uma das PICS, a homeopatia, foi celebrado em 1985³. Remonta de 1986, na VIII Conferência Nacional de Saúde, a ideia da introdução de práticas alternativas nos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático à escolha da terapêutica preferida ².

Contudo, apenas 20 anos depois, em 2006, foi editada e publicada a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Desde sua instituição, tem se reconhecido a capacidade dessa política em atender a necessidade de conhecer, apoiar, incorporar e implementar experiências já desenvolvidas no SUS, tanto em âmbito municipal quanto estadual ². Entretanto, seu processo de implementação não impediu que disputas fossem travadas, desde aquelas relacionadas às questões corporativas e de reserva de mercado, até aquelas que colocam em dúvida a efetividade e eficácia de tais práticas no processo de cuidado.

Após 10 anos de sua instituição, é possível afirmar que na mesma proporção das conquistas alcançadas até aqui, muito ainda há que se conquistar. Recentes avanços na PNPIC têm se apresentado, com expressivo potencial para a disseminação e ampliação do acesso a essas práticas à população. Em 2017 foram incluídas mais 14 práticas na PNPIC, tendo como base os dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ) e da estratégia e-SUS Atenção Básica (AB), que evidenciaram de maneira mais contundente a sua penetração e amplitude nos serviços de saúde, sobretudo nas Unidades Básicas de Saúde.

Esse movimento reforça a importante articulação entre a gestão federal da Política e atores institucionais e sociais, dentre eles gestores estaduais e municipais, trabalhadores do SUS e pesquisadores, entre outros. Destacam-se iniciativas na gestão federal da PNPIC, de onde partiu a proposta deste número temático (NT), como as já citadas normativas, a oferta de diversos cursos de formação: Auriculoterapia, prescrição de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Atenção Básica, gestão de Práticas Integrativas e Complementares, entre outros, assim como propostas de criação de um observatório nacional e fomento à pesquisa, além de ampla divulgação das PICS, organização e participação em eventos nacionais e internacionais, ampliação do apoio às gestões estaduais e municipais, o que demonstra o empenho do Ministério da Saúde no fortalecimento e consolidação das PICS na dimensão institucional e no fomento a expansão da prática na rede pública de saúde em todo o país.

O desafio de reconhecer, apoiar e ampliar as PICS no SUS permanece, contudo já é possível visualizar uma evolução importante no número de estabelecimentos de saúde que ofertam tais práticas, e no número de atendimentos alcançados nos últimos anos, conforme será exposto nos trabalhos publicados nesta edição. Destaca-se que o aumento da possibilidade de monitoramento da PNPIC, por meio de sistemas de informação, principalmente pela estratégia e-SUS AB, que permite não somente o acompanhamento dos serviços de saúde que ofertam PICS, mas também o registro de informações individualizadas dos usuários que acessam as práticas, ampliará em grande medida possibilidades de análise por gestores e trabalhadores do SUS, bem como por pesquisadores, permitindo traçar planos e ações para o fortalecimento da política para os próximos 10 anos.

Na tentativa de manter ativo o debate sobre as PICS e sobre a necessidade de fortalecer tais práticas no âmbito do SUS, bem como de propiciar o compartilhamento das inúmeras experiências em curso, estruturou-se este NT. Diversos estudos aqui consolidados apresentam importantes contribuições, tanto para conhecermos o caminho trilhado nesses 10 anos de Política, quanto para pensarmos os próximos 10 anos, na perspectiva de fortalecer e solidificar a PNPIC, bem como de manter vivo o debate sobre práticas de cuidado que consideram o sujeito em sua singularidade e da integralidade do Cuidado.

Este NT nos oportuniza conhecer e refletir sobre temas afeitos às PICS, desde uma análise sobre os avanços e desafios após 10 anos da publicação da PNPIC, utilizando dados de sistemas de informações do SUS, em especial da Atenção Básica, apresentando a perspectiva de reformulação das normativas sobre o tema, entre outras. Traz ainda importantes reflexões sobre a ética no cuidado das PICS, ao dialogar com a racionalidade hegemônica, a biomédica, e diante de um processo de institucionalização e possíveis capturas que podem transformar as PICS em mais um produto no

mercado da saúde/doença, torna-se a sustentação cotidiana e ato que poderá suportar essa dimensão ética no interior do campo.

Traz também importantes contribuições sobre a antroposofia aplicada à Saúde, desde seus aspectos históricos e considerações para sua implementação; na abordagem na Pediatria; na assistência pré-natal a partir da orientação integrativa; e ainda a acupuntura no tratamento da ansiedade e estresse em mulheres com câncer de mama.

A experiência estadual de Minas Gerais é apresentada na perspectiva do monitoramento das ações da política estadual, por meio de um instrumento específico. Sua utilidade e as estratégias de monitoramento têm se mostrado muito útil na medida em que possibilita mapear a diversidade das PICS e sua variação temporal, permitindo avanços no planejamento e gestão da Política.

Há, ainda, experiências municipais com as PICS, tanto na perspectiva da avaliabilidade da política municipal de Recife - PE que apontou contribuições como a inserção de aplicativo informatizado com informações da área; investimento no financiamento tripartite nas ações de matriciamento, na inserção das PICS como campo de práticas e no trabalho compartilhado em rede, entre outros. Tanto no estudo desenvolvido a partir da experiência de Vitória – ES, no qual encontram-se importantes contribuições sobre a inserção da fitoterapia em 100% dos territórios de saúde, com prescritores capacitados, medicamentos fitoterápicos disponibilizados nas farmácias e projetos de jardins terapêuticos, assim como, atualmente haver uma diversidade de práticas sendo ofertadas com destaque para: arte e musicoterapia, ioga, homeopatia, acupuntura, potencializando e ampliando ações de promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças para recuperação da saúde por métodos mais leves e medicamentos naturais, atuando pela valorização da totalidade do sujeito e não somente do corpo.

São abordados, em complemento, potencialidades e desafios para o termalismo e crenoterapia, defendendo a utilização de algumas práticas termais/crenoterápicas na atenção básica, para além do termalismo clássico aplicado em termas.

O paradigma da evidência científica e os medicamentos homeopáticos é abordado por meio da busca do avanço na compreensão dos mecanismos de ação, o qual depende do: aumento do número de pesquisadores interessados na compreensão dos sistemas dinamizados; ampliação dos modelos experimentais capazes de registrar alterações físicas, químicas e biológicas disparadas pelos medicamentos homeopáticos e reprodutibilidade dos resultados experimentais.

Já o desafio teórico e metodológico do desenvolvimento de estudos em custo-efetividade em PICS é trazido a partir da defesa da necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos e pesquisas sobre a temática da avaliação econômica em PICS, que possibilitem ampliar o sentido de

efetividade à medida que incorpore a efetividade sentida e também percebida pelo usuário, além daquelas avaliadas pelos profissionais.

Assim, espera-se que o(a) leitor(a) possa utilizar tais referências para contribuir nos avanços que ainda são necessários a partir do conhecimento acumulado até aqui e para potencializar as práticas que estão no cotidiano dos serviços de saúde do SUS, fortalecendo o acesso, a resolutividade, a integralidade do cuidado e, por consequência, promovendo a consolidação das PICS e da PNPIC no SUS.

Referências

1. Tesser CD, Luz MT. Racionalidades médicas e integralidade. *Cienc Saude Colet* 2008; 13(1):195-206. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232008000100024>.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006 [citado 2018 jun 14]. 92 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>
3. Barros NF, Siegel P, Simoni C. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: passos para o pluralismo na saúde. *Cad Saude Publica*. 2007;23(12):3066-7. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200030>.